



REVISTA PESQUISA
EM ADMINISTRAÇÃO
(CARUARU-PE)

ISSN 2594-8032

EMPREENDEDORISMO: MEI e seus impactos econômicos
ENTREPRENEURSHIP: MEI and its economic impact

Davi Lemos Reis

Bacharel em Administração
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
davilemosreis1@gmail.com

Fabiane Fidelis Querino

Bacharel em Ciências Econômicas com ênfase em
Controladoria
Universidade Federal de Lavras (UFLA)
fabianequerino@hotmail.com

Fernanda Teixeira Franco Ribeiro

Mestre em administração
Universidade Federal de Lavras (UFLA)
fernandafrancoribeiro@hotmail.com

Rafaela da Silva Gomes

Bacharel em Ciência e Economia
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
rafadasilva43@yahoo.com.br

RESUMO

Este presente trabalho busca averiguar quais as relações entre a criação do Microempreendedor Individual (MEI) e o impacto econômico observado em índices oficiais. Para tanto, buscou-se compreender o empreendedorismo e suas origens, as formas de risco envolvido na criação de empresas, o ambiente para criação de novos negócios no Brasil e a natureza do MEI e o Portal do Empreendedor. Através dos dados obtidos pela pesquisa, foi possível concluir que os períodos de maior surgimento de MEIs coincidiram com épocas de variação positiva do Produto Interno Bruto (PIB), apesar da desaceleração da economia brasileira desde o final do ano 2014. O Portal do Empreendedor também contribuiu para o crescimento do surgimento do MEI, já que simplifica a vida do empreendedor e impulsiona o empreendedorismo no Brasil.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual; Empreendedorismo; Crescimento econômico; Índices Oficiais.

ABSTRACT

This present work seeks to investigate which are the relationships between the creation of the Individual Microentrepreneur (MEI) and the economic impact observed in official indexes. To this end, we sought to understand entrepreneurship and its origins, the forms of risk involved in creating companies, the environment for creating new businesses in Brazil and the nature of MEI and the Entrepreneur Portal. Through the data obtained by the research, it was possible to conclude that the periods of greatest emergence of MEIs coincided with periods of positive GDP variation, despite the slowdown in the Brazilian economy since the end of the year 2014. The Entrepreneur Portal also contributed to the growth of the emergence of MEI, which simplifies the life of the entrepreneur and boost entrepreneurship in Brazil.

Keywords: Micro-entrepreneurship; Entrepreneurship; Economic Growth; Official Indexes.

Recebido: 24/03/2019 | Sistema de Avaliação: *blind review* | Editores: Karina Mikosz, Dra. e Nelson Fernandes, Dr.

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo já é reconhecido como um dos principais fatores para o crescimento econômico das nações. Os estudos sobre este assunto observaram um forte aumento na década de 90, a partir de observações de sua influência nas organizações modernas quando se observa principalmente o processo de globalização (Degen, 2008; Torquato, 2018).

A capacidade de alguns indivíduos em transformar suas ideias em ações práticas, muitas delas convertidas em novas formas de negócios, tem levado a uma crescente modificação do ambiente empresarial tanto à nível global, quanto à nível nacional, ocasionando uma nova dinâmica para as organizações modernas e produzindo fatos que mudam tanto a realidade cotidiana das pessoas como políticas públicas e leis que precisam lidar com tais fatores emergentes que demonstram ser, em muitas vezes, volúveis e instáveis (Sicsú & Pinheiro, 2009; Gomes, 1978).

Conforme os dados apresentados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2014), no Brasil, particularmente, é de interesse que o empreendedorismo possa gerar frutos que sejam permanentes, haja vista o cenário onde a mortalidade das empresas mostra-se elevada. Este fator é ainda mais alarmante quando considerado a desaceleração da economia brasileira desde o final do ano 2014, ocasionando baixos índices de crescimento e galopantes índices de desemprego, fatores que aliados levam a diversos outros problemas de ordem social (Pochmann, 2015).

Neste contexto, o surgimento de novas empresas é uma das formas de melhorar o cenário econômico. Esses novos negócios iniciam suas atividades com um baixo número de trabalhadores e de faturamento, mas são a base para que futuras organizações complexas possam emergir. Logo, o surgimento e crescimento de novas empresas ajuda a reduzir o índice de desemprego e, por consequência, contribui para um melhor resultado econômico (Santos, 2015).

Segundo os dados da pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), desenvolvida pelo Sebrae (2017), desde de 2002, houve a criação de facilidades para o surgimento destas novas empresas, especialmente no que se refere aquele empreendedor que, vislumbrando uma oportunidade de lucro, investe seu tempo e capital para oferecer novos produtos e serviços ao mercado. Surgiu assim então a possibilidade de criação do Microempreendedor Individual, ou como ficou conhecido, o MEI, processo legal que constituiu uma nova empresa com diversas vantagens em contraponto aos antigos procedimentos de criação de pessoa jurídica.

Desde 2010, foram criadas novas condições visando facilitar a criação de um novo MEI

através do Portal do Microempreendedor, processo realizado online que assegura um trâmite mais célere, possibilitando também um maior acesso a esta ferramenta por empreendedores (Portal do Empreendedor, 2020).

Neste cenário, este presente trabalho busca investigar: quais as relações entre a criação do Microempreendedor Individual (MEI) e quais foram os impactos econômicos observados nos índices oficiais? Assim, este trabalho objetiva analisar os dados de criação de novas empresas e correlaciona-los a participação dos MEIs dentro deste cenário, buscando se há relação entre o desenvolvimento do PIB e do índice de desemprego com a criação de novas empresas?

Este trabalho se justifica, já que os MEIs apresentam altas taxas de crescimento e representatividade dentro do território brasileiro. Conforme os dados da pesquisa Global Entrepreneurship Monitor – GEM (2017), no período de 2002 -2016 se constatou uma elevação da taxa de empreendedorismo, principalmente a partir de 2005. A taxa passou de 21% em 2002 para 39% em 2016.

Para tratar do assunto proposto, o restante do artigo é dividido como segue: na seção 2 fez-se uma breve abordagem do conceito de empreendedorismo, risco, conceito de MEI. Em seguida, na seção 3, apresentou-se a metodologia adotada nessa pesquisa, na 4 relata-se o resultado encontrado no levantamento dos dados, já a seção 5 traz as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tanto o empreendedorismo como o impacto dos MEIs não possui uma literatura tão vasta quanto demais aspectos da Administração, Gestão ou Economia. Esta realidade é relativamente recente se comparada a outros temas que já foram objetos de estudos aprofundados e expandidos destas áreas (Minello, 2010).

Porém, muito já se avançou desde o início deste milênio, principalmente em razão do interesse gerado por este tema, a difusão de cursos superiores e consequentemente a expansão do número de pesquisadores bem como a consolidação de bancos de dados que possibilitam uma análise estruturada destes fenômenos (Sebrae, 2014; Costa, Barros, & Carvalho, 2011).

2.1 EMPREENDEDORISMO

A palavra empreendedor se originou por volta do século XII quando significava “aquele que incentivava brigas”, já no século XVII denominava a função de condução de ação militar. No século XVIII referia-se a “quem criava e conduzia projetos” (Filion, 1999).

Já em épocas mais modernas, como afirma Fillion,

Na época de Cantillon, quando o termo ganhou seu significado atual, entrepreneur era usado para descrever uma pessoa que comprava matéria-prima (insumo), processava-a e vendia-a para outra pessoa. O entrepreneur era, então, uma pessoa que havia identificado uma oportunidade de negócio e assumido o risco, decidindo processar e revender matéria-prima. Dessa maneira, o elemento risco apareceu nas descrições da atividade empreendedora do início do século XVIII (Fillion, 1999, p. 18).

Assim, o termo empreendedor passa a designar a pessoa que assume um determinado risco, investindo capital próprio em busca de lucro. Porém, ainda diferente de um simples mercador ou empresário, já que o empreendedor é aquele que encontra uma oportunidade de negócios onde antes não existia.

Já a visão da abordagem neoclássica entende o termo empreendedor e empreendedorismo como algo ligado à inovação. Assim, não bastaria apenas enxergar uma boa oportunidade de fazer negócios ou a busca pelo lucro, mas sim uma atividade que esteja ligada a inovação e a tecnologia (Drucker, 1986).

Para Drucker (1986), o empreendedorismo não se encontra tão substantivo, tão marcante, nos estágios iniciais de uma empresa, mas sim é uma sequência de atitudes que são necessárias como um dos componentes do sucesso empresarial. Para este autor, a atitude empreendedora deve criar um ambiente no qual a inovação ocorra mesmo em processos já estabelecidos, como forma de aprimorar e mesmo de criar novos produtos e serviços. Também, conforme Drucker (1986), o empreendedorismo está mais relacionado a uma atitude, uma postura de vida, do que propriamente designando a pessoa que iniciou um determinado negócio ou empresa.

Já para Gerber,

A personalidade empreendedora transforma a situação mais trivial em uma oportunidade excepcional. O Empreendedor é um visionário em nós: o sonhador, a energia por trás de toda atividade humana, a imaginação que alimenta o fogo do futuro, o catalisador da mudança. O Empreendedor vive no futuro, nunca no passado e, raramente, no presente. Ele está feliz quando está livre para construir imagens do tipo “e se” e “se quando” (Gerber, 2004, p. 15-16).

Esta posição do autor parece situar-se em um terreno médio entre a posição de Fillion e Drucker. Aqui, Gerber (2004) define o empreendedor como alguém ligado ao ato criativo, mais impetuoso do que especificamente planejador, uma pessoa voltada a execução de uma ideia.

Gerber (2004) também chega a afirmar que o empreendedor muitas vezes não tem escolha, mas é impelido a agir por uma vontade interior a qual não pode ser ignorada até que a

ideia em sua mente seja levada a efeito.

Este autor ainda afirma,

O empreendedor é a nossa personalidade criativa, sempre lidando melhor com o desconhecido, estimulando o futuro, criando as probabilidades dentre as probabilidades, transformando o caos em harmonia. Toda forte personalidade empreendedora possui uma extraordinária necessidade de controle; como vive em um mundo visionário do futuro, ele precisa controlar as pessoas e os eventos no presente de forma que possa concentrar-se em seus sonhos. Devido a sua necessidade de mudança, o Empreendedor cria um enorme caos a seu redor, uma preocupação já antecipada para aqueles incluídos em seus projetos. Como resultado, com frequência ele deixa os outros para trás rapidamente; quanto mais adiantado ele está, maior é o esforço necessário para levar o grupo com ele (Gerber, 2004, p. 16).

Com base na citação do autor, depreende-se que sua visão do empreendedorismo não está ligada essencialmente a uma educação formal e a um processo de planejamento prévio. Dizendo ainda que o empreendedor está ligado a uma atitude um tanto nociva para as pessoas que estão a sua volta, ligado a própria falta de conhecimento e hábito de planejamento.

O problema é: como ele pode perseguir as oportunidades sem ficar com os pés atolados? Em geral, ele opta por intimidar, perturbar, criticar, bajular, persuadir, gritar e finalmente, quando todas as opções falham, ele promete o que for possível para manter o projeto em andamento. Para o Empreendedor, a maioria das pessoas representa problemas que se metem no meio do caminho até o seu sono (Gerber, 2004, p. 16).

Desta forma, o empreendedorismo pode ser compreendido então, como possuindo uma dupla significação. Primeiramente é o próprio ato de iniciar um negócio, buscar uma oportunidade que ainda não esteja explorada, ou que ainda tenha espaço para que o empreendedor vise o lucro, geralmente ligado a pessoas que não tenham conhecimento formal adquirido em algum curso, seja de nível técnico ou superior.

O segundo significado são processos de inovação que podem ocorrer tanto para a criação de novos produtos, processos ou serviços, ou ainda a uma maneira aprimorada de desempenhar uma tarefa, melhorar um determinado produto, obter um melhor serviço que já exista. Neste sentido, pode ser compreendido como uma tarefa de aplicação de alguma técnica ou tecnologia de uma maneira a qual não o era aplicado anteriormente.

As visões dos autores Drucker (1986) e Gerber (2004) sobre o que é empreendedorismo, e por conseguinte empreendedor, não são contraditórios ente si, mas ao contrário são complementares. Portanto, o empreendedorismo demonstra tanto uma atitude em busca pela inovação quando a própria execução através da abertura de um novo negócio.

Compreendido desta forma, é possível que haja uma maior afloração deste empreendedorismo que resulta em abertura de novos negócios e empresas em períodos de alto

desemprego. Em períodos assim, devido as próprias multas rescisórias de contratos, na realidade brasileira, há um volume de pessoas com recursos disponíveis e não tendo uma ocupação. Com isso, contribui-se para que surjam novos negócios como forma de combate ao desemprego, ainda que tal abertura de negócios seja um tanto precária por não envolver planejamento adequado (Gerber, 2004).

Aliado ao tema empreendedorismo, emerge os estudos sobre franquias que desde o surgimento do modelo, iniciado nos Estados Unidos da América (EUA) na década de 50, através de Ray Kroc, em uma lanchonete em São Bernardino, que depois viria a tornar-se o Mac Donald's, que é a maior rede de franquias do mundo (Gerber, 2004).

Para Gerber,

O sucesso do Negócio em Formato de Franquia é sem dúvida a novidade mais importante nos negócios. Ao longo de um ano, o Negócio em Formato de Franquia registrou uma taxa de sucesso de 95% comparada à taxa de fracasso de 50% a mais dos novos negócios dirigidos de forma independente. Enquanto 80% de todos os negócios vão à falência nos primeiros cinco anos, 75% de todos os Negócios em Formato de Franquia têm êxito! (Gerber, 2004, p. 61).

Nestes modelos, o empreendedorismo é visto mais como a necessidade de conquistar a independência como dono do próprio negócio do que os próprios processos de inovação que são a outra face do empreendedorismo. Isto ocorre devido a um modelo mais fechado que geralmente é adotado em franquias, que utilizam um protótipo que será implementado pelos franqueados que aderirem ao modelo de negócio.

Para o franqueador, o Protótipo se torna o modelo de trabalho do sonho, é o sonho no microcosmo; o Protótipo se torna a incubadora e o berçário de todas as ideias criativas, a base onde a criatividade é embalada pelo pragmatismo para crescer até o ponto de uma inovação que funcione; é também o lugar onde todas as hipóteses são postas à prova para ver o quanto funcionam bem, antes de se tornarem operacionais no negócio. Sem isso, a franquia seria um sonho impossível, tão caótico e indisciplinado como qualquer outro negócio. O Protótipo atua como um para-choque entre a hipótese e a ação, coloca as ideias em teste no mundo real em vez de no mundo das ideias correntes (Gerber, 2004, p. 61).

Este modelo auxilia na redução do risco ao investidor, oferecendo suporte administrativo buscando aumentar as chances de sobrevivência do empreendedor (Gerber, 2004).

2.2 RISCO

A razão pela qual empresas não se mantenham no mercado é pela existência de um risco inerente a própria razão de existência das organizações. Estudos como de Hillier, Ross, *RPA - Revista Pesquisa em Administração UFPE (Caruaru, PE)*, 3(1) jan-jun/2019, 2-21.

Westerfield e Jordan (2013) e Drucker (1986), analisaram a respeito do risco, principalmente como forma de compreender sua existência e minimizá-lo.

Quando este trabalho se refere a empreendedorismo, certo é que existem diferentes formas da manifestação deste risco, alguns incorridos em toda e qualquer organização, outros advindo pela própria natureza do empreendedorismo. Os riscos que se apresentam a toda e qualquer organização, e que são inerentes a todo o mercado de maneira geral, como os estudos de Hillier *et al.* (2013). Eles apresentam-se em dois modos sendo estes o risco sistemático e o risco não sistemático.

Uma boa definição do que seria risco sistemático é dado da seguinte forma: são forças que trazem influências externas as quais todas as empresas estão sujeitas de igual modo, como por exemplo inflação ou um aumento do preço de determinado produto. Ou seja, são riscos que qualquer empresa, independente do ramo de atuação e natureza, estão expostas (Hillier *et al.*, 2013).

Já o risco não sistemático, é aquele marcado por um evento específico a determinado ramo de atividades, ou mesmo um seleto grupo de empresas que, afetado por determinado fato, é acometido por uma variação. Exemplifica-se a descoberta de uma grande reserva de petróleo, a qual terá forte impacto no mercado petrolífero, mas pouco ou nenhum efeito no setor de hoteleiro. A influência deste tipo de risco de um setor a outro é limitado, quando mesmo inexistente (Hillier *et al.*, 2013).

O outro tipo de risco que se encontra presente ao empreendedor, mais restrito a própria existência do empreendedorismo, é devido a uma certa inexperiência, impaciência e falta de conhecimento formal do empreendedor (Gerber, 2004). Para Drucker (1986), novos empreendimentos geralmente sofrem de uma falha sintomática nas funções administrativas, principalmente devido a inabilidade das pessoas que tomam as decisões. Em geral, isto acontece devido a improvisação que toma conta de empresas diminutas que acabam crescendo e não possuem capacidade técnica para lidar com os desafios do mercado. Para este autor, esta é uma das principais razões para que o empreendedor não seja apenas alguém capaz de inovar e abrir seu próprio negócio, mas também alguém que busque aprimorar seus conhecimentos e seja capacitado como forma de combater o número de pequenas empresas que fecham as portas em seus primeiros anos (Drucker, 1986).

2.3 AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUA RELAÇÃO COM O EMPREENDEDORISMO

Segundo dados Sebrae (2016), a taxa de sobrevivência de novas empresas abertas até o

ano de 2012, com até dois anos de atividade, era de 76,6%. Este número constitui a maior taxa já registrada na série, o que indica um fato positivo na abertura de novos empreendimentos. Já a taxa de mortalidade registrou importante queda no período compreendido entre 2008-2012. Em 2008, o índice registrado, para empresas com até 2 anos, foi de 45,8%, sendo que este mesmo índice em 2012 apresentava o resultado de 23,4%. Estes dois dados mostram uma maior longevidade das empresas abertas, no período estudado, um fato importante quando se trata de empreendedorismo, principalmente considerando o desejável cenário onde as empresas abertas possam perdurar, a fim de trazer benefícios econômicos no âmbito regional e mesmo nacional.

Dentre os vários fatores que destaca o relatório de 2016, um em especial chama atenção para os objetivos deste presente trabalho. Houve uma evolução positiva no que tange a legislação voltada para os Pequenos Negócios na última década, como a implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPE), a lei complementar nº 123/2006; Implantação e ampliação do Simples Nacional, simplificando o recolhimento de tributos devidos; Criação da figura do Microempreendedor Individual, na lei complementar nº 128/2008.

Particular no que se refere os MEIs, o relatório apresenta o seguinte:

Criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI): Lei Complementar 128/2008 criou a figura do MEI, permitindo o início da formalização dos negócios informais e estimulando a criação de novos empreendimentos nas faixas de faturamento mais baixas, a baixo custo de registro e sem burocracia. Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. O MEI também é enquadrado no Simples Nacional e fica isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL). [...] Particularmente, no caso da criação da figura do MEI, promoveu-se um dos fenômenos mais fortes de transformação do perfil dos Pequenos Negócios já ocorridos no país. Seu crescimento exponencial mais que triplicou o número de optantes pelo Simples Nacional, entre 2009 e 2016 (Sebrae, 2016, p. 13).

Depreende-se que houve uma melhora no ambiente de negócios no âmbito nacional, ainda que a taxa de sobrevivência de novas empresas possam ser considerados elevados, além disso é necessário observar se esta trajetória será uma constante nos próximos anos para fundamentar melhor uma afirmação que tal mudança (melhorias advindas com políticas públicas e com boas práticas destes novos administradores) será permanentemente.

Ainda que há uma maior taxa de sobrevivência das empresas e menor taxa de mortalidade, estudo conduzido por Ribeiro e Teixeira (2012), mostra que ainda o empreendedor encontra diversas dificuldades não apenas no momento de abertura do negócio, mas também posteriormente. Segundo os autores, a falta de mão de obra qualificada e a dificuldade de obtenção de capital de terceiros para possibilitar o financiamento de suas atividades são fatores

que levam ao fechamento de muitos negócios abertos por empreendedores (Ribeiro & Teixeira, 2012).

Também no estudo de Ribeiro e Teixeira (2012) identificou-se que há dificuldades relativas à falta de capacidade técnica, falta de experiência na administração dos negócios bem como falta de apoio de pessoas próximas como família e amigos.

Outro estudo de Mendonça, Ruzzão, Santos e Azadinho (2017), evidência a falta da preparação e implementação de um planejamento que esteja voltado a realidade do empreendedor, deixando de considerar variáveis previsíveis, como após o uso de suas ferramentas e aplicando-as sendo elas a missão, visão, valores, análise de 360°, análise SWOT, cinco forças de Porter e matriz BCG. Assim como também aquelas de difícil previsão, como resultados das estratégias de marketing, alcance real na parcela do mercado e acompanhamento do capital de giro.

Mendonça *et al.* (2017), também afirmam que a falta de capacitação dos gestores destas MPes são a principal causa contributiva do índice de mortalidade, sendo que o planejamento auxilia na prevenção desta mortalidade. Estes autores ainda citam que pequenos negócios normalmente não investem em planejamento alegando falta de capital tanto humano quanto financeiro, tendo a expectativa de relativa harmonia para a obtenção do lucro almejado (Mendonça *et al.*, 2017).

Desta forma, estes dois estudos (Ribeiro & Teixeira, 2012 e Mendonça *et al.*, 2017) reforçam em parte o que afirma Gerber (2004) bem como alguns pontos da definição de Fillion (1999), no que se refere tanto ao empreendedor como alguém que inicia um negócio próprio em busca do lucro, quanto ao que se afirmar sobre o emprego de métodos empíricos para melhor compreensão da situação da MEI no mercado.

Hayek (2002) afirma que a competitividade é um dos fatores que pode levar ao desenvolvimento econômico de uma nação, o que também é afirmado por outros autores da literatura desde o século passado, como Albuquerque (2001), Carvalho, Di Serio e Vasconcellos (2012) e Rubel (2002).

Portanto,

Se mesmo a competição em economias altamente desenvolvidas é importante principalmente como um procedimento de descoberta pelo qual os empreendedores buscam constantemente oportunidades não exploradas que também podem ser aproveitadas por outros, isso é verdade, é claro, em uma extensão ainda maior no que diz respeito às sociedades subdesenvolvidas (Hayek, 2017, p. 18).

Ou seja, para o autor, se há indivíduos empreendedores que exploram oportunidades de

negócio, isto se torna ainda mais relevante e presente nas economias ou sociedades menos desenvolvidas. Fato este devido ao campo disponível para crescimento econômico, que se encontra com maior estabilidade nos países cuja economia já se encontra em um processo de desenvolvimento mais avançado (Hayek, 2017).

Este autor ainda afirma que,

Parece-me que a muito lamentada falta de espírito empreendedor em muitos países jovens não é um atributo imutável dos indivíduos, mas a consequência das limitações impostas aos indivíduos pelo ponto de vista predominante. Por precisamente esse motivo, o efeito seria fatal se, nesses países, a vontade coletiva da maioria fosse controlar os esforços dos indivíduos, em vez de o poder público se limitar a proteger o indivíduo da pressão da sociedade - e apenas instituição de propriedade privada, e todas as instituições liberais do estado de direito a ela associadas (Hayek, 2017, p. 19).

Aqui, o autor explicita que não apenas o empreendedorismo é um fator que contribui para o desenvolvimento econômico, mas também que a própria atitude do Estado pode restringir os possíveis benefícios a colher do que ele classifica como “espírito empreendedor”. (Hayek, 2017). Estas afirmações estão de acordo com aquilo que afirma o Sebrae (2016), no relatório sobre a sobrevivência no Brasil, que faz uma ligação entre menores regulamentações do poder público e maior surgimento e longevidade de organizações.

Schumpeter (1985), já afirmava em sua obra como o empreendedor pode explicar alguns saltos qualitativos no desenvolvimento econômico de uma determinada nação, usando como exemplo as mudanças que ocorrem em negócios.

Assim,

De tempos em tempos a vida econômica apresenta mudanças no sentido de romper com os limites tradicionais até então estabelecidos de produção e comercialização de bens, impondo uma nova forma que futuramente se consubstanciará em uma nova tradição. Crescimento econômico pode ser adaptação, desenvolvimento, que significa aumento do volume de riqueza é outra coisa. As mudanças contínuas de transformação de uma lojinha em loja de departamentos, estão dentro da análise estática, porque descrevem um processo de expansão linear, de adaptação oferta/demanda. Mas e as mudanças descontínuas, não tradicionais, como explicá-las? (Schumpeter, 1985, p. 47).

Para Schumpeter (1985), estas mudanças são efetivadas pelos indivíduos que são empreendedores. Porém, sua concepção de empreendedorismo está fortemente ligada a inovação de bens, produtos ou serviços, não tanto ligada a visão de novos negócios.

Isto acontece, na sua visão, pois frente a concorrência, o empreendedor irá buscar na inovação uma forma de diferenciação que acaba incorrendo em um processo de destruição, transformando antigos bens, produtos e/ou serviços em obsoletos, na mesma medida que inaugura um novo campo de atuação, que irá sofrer nova alteração quando houver um

RPA - Revista Pesquisa em Administração UFPE (Caruaru, PE), 3(1) jan-jun/2019, 2-21.

determinado nível de concorrência que leve a uma nova inovação. Seria um procedimento que ocorre de maneira cíclica, explicando a razão destes saltos qualitativos (Schumpeter, 1985).

A postulação tanto de Schumpeter (1985) quanto de Hayek (2017), comprovam os estudos feitos por Drucker (1986). Isto possibilita compreender que, de fato, o empreendedorismo, com sua dupla significação, de fato produz o desenvolvimento econômico de uma nação, quando consegue obter fatores propícios para tal.

2.4 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

A lei complementar nº 128/2008 estabeleceu os parâmetros para a definição do microempreendedor individual, criando uma categoria à parte das micro empresas, reduzindo a carga tributária e burocrática. Para tanto, há algumas exigências que a lei demanda, como forma de não lesar a própria Fazenda com a abertura indiscriminada de MEIs. Dentre as exigências estão: 1) ter limite de renda bruta anual de R\$ 81.000,00; 2) ser um estabelecimento primário, ou seja, não ser franqueado; 3) o titular não poderá ser sócio de qualquer empresa em qualquer forma; e 4) possuir no máximo um trabalhador registrado em carteira de trabalho que receba um salário mínimo federal ou ainda piso da categoria profissional (Brasil, 2008).

No que tange a carga tributária, o MEI recolherá,

Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo.

V – O Microempreendedor Individual recolherá, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas:

- a) R\$ 45,65 (quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), a título da contribuição prevista no inciso IV deste parágrafo;
- b) R\$ 1,00 (um real), a título do imposto referido no inciso VII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ICMS; e
- c) R\$ 5,00 (cinco reais), a título do imposto referido no inciso VIII do caput do art. 13. (Brasil, 2008).

A forma de recolhimento também é simplificada, podendo um boleto ser emitido no próprio Portal do Empreendedor. Estes impostos são uma maneira bem desburocratizada e simplificada de recolhimento, haja vista que uma empresa em regime de microempresa ou mesmo Empresa de pequeno porte, além da oneração com os impostos recolhidos, ainda teria de arcar com as custas para manter a estrutura necessária para auferir o montante de pagamento, como por exemplo manter contabilidade e possíveis consultorias e/ou assessorias.

Com a mudança implementada desde 1 de janeiro de 2010, o procedimento de constituição de um MEI tornou-se ainda mais célere, uma vez que pode ser efetuado através do

Portal do Empreendedor, podendo o Cadastro de Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ser emitido rapidamente, não fazendo necessário o deslocamento do futuro empresário para a constituição formal da empresa.

É importante considerar também que os MEIs têm um processo de fechamento também célere e com baixíssimos custos, devido à natureza do negócio. Além disso, há de se considerar que a taxa de sobrevivência dos MEIs orbita em torno de empresas de maior porte, justamente pela facilidade de manutenção, não sendo necessário, muitas das vezes, sede própria nem custos trabalhistas, podendo o próprio empreendedor operar seu negócio dentro de casa (Sebrae, 2016).

De fato, o relatório do Sebrae afirma

Já a taxa de sobrevivência de até 2 anos das ME constituídas em 2012 foi de apenas 55%. E no caso dos MEI (87%), a taxa se aproxima das taxas das EPP do que das ME. Esses resultados mostram que as Microempresas constituem o grupo que tem maior peso no fechamento dos Pequenos Negócios, seja pelo elevado número de empresas deste porte no grupo dos Pequenos Negócios, seja porque é o segmento com maior taxa de mortalidade. Esses resultados parecem indicar que, no caso das empresas maiores (EPP, MdE e GdE) que já possuem uma estrutura mais organizada e maior capital, ou seja, já adquiriram suficiente “musculatura”, estas tendem a ter maior chance de sobrevivência. Adicionalmente, a criação das regras de formalização dos MEI (com baixa burocracia e baixo custo para registro de criação/baixa e manutenção), associadas à estruturas muito pequenas e flexíveis que estes apresentam (predominam empreendimentos de uma pessoa só, sem empregados assalariados), parece ter resultado na criação de um tipo “nano” negócio com elevada chance de sobrevivência, pelo menos, nos dois primeiros anos de atividade. Isto, se comparado às Microempresas (Sebrae, 2016, p. 15-16).

Considerando que a implementação dos MEIs aumenta a chance de sobrevivência, é salutar que esta é uma forma menos volátil para o empreendedor de formalizar seu negócio. Isto pode levar, conforme a revisão literária, a um desenvolvimento econômico positivo, baseado na inovação de bens, produtos e serviços. Outro ponto a ressaltar sobre os MEIs é que sua constituição tem suplantado progressivamente a abertura de microempresas, principalmente levando em consideração os benefícios para o microempreendedor individual (Sebrae, 2016).

3 METODOLOGIA

Para este trabalho, buscou-se fazer um levantamento bibliográfico, levantando os principais trabalhos que versam tanto sobre o empreendedorismo, como sobre desenvolvimento econômico, com o objetivo de elucidar o problema de pesquisa.

Portanto, considerou-se que a melhor forma de trabalho seria a utilização do método descritivo, fazendo uso do levantamento de dados de fontes secundárias, tanto por organizações de renomada experiência, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), como em órgãos

RPA - Revista Pesquisa em Administração UFPE (Caruaru, PE), 3(1) jan-jun/2019, 2-21.

governamentais que versam tanto sobre o ambiente econômico nacional como outras características relevantes ao estudo. Através dos levantamentos bibliográficos, bem como do arcabouço teórico necessário para conclusão da pesquisa, foi possível desenvolver ideias, a fim de elucidar conceitos para a atual pesquisa, bem como para posteriores que por ventura este trabalho possa contribuir.

Esta metodologia tem como finalidade a investigação mais exata ou a criação de hipóteses, bem como aumento do conhecimento do pesquisador acerca do fenômeno, de conceitos, prioridades para futuras pesquisas, obtenção de mais informações que contribuam para estas futuras pesquisas sobre o tema ou aplicação em situações práticas e apresentação de problemas considerados relevantes (Selltiz, Wrightsman, & Cook, 1975). Selltiz *et al.* (1975) consideram ainda que é um método de pesquisa mais flexível, de modo a permitir considerações de aspectos variados. Também, considerando o conhecimento teórico reduzido acerca do tema, tal método de pesquisa mostra-se mais recomendado, podendo ser considerado um passo inicial em um processo de pesquisa continuado posteriormente. Realizou-se um levantamento de dados acerca do desempenho da criação de novas empresas, da participação dos MEIs nestes processos, em fontes secundárias, bem como buscou-se os dados oficiais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre o índice de desemprego e índice de variação do Produto Interno Bruto, para subsidiar a análise desta pesquisa. Ao final, os dados levantados foram processados para atender às perguntas iniciais da pesquisa e o referencial teórico subsidiou a aplicação de ferramentas teóricas para possibilitar uma análise descritiva que sanasse o problema inicial.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O primeiro dado que foi analisado neste trabalho foi a quantidade de empresas constituídas partir do ano de 2008, uma vez que neste ano começou a existir a possibilidade de abertura dos MEIs.

Tabela 1

Percentual do tipo de empresas constituídas de 2008-2012

	2008	2009	2010	2011	2012
MEI	0,0 %	7,3 %	53,4 %	58,1 %	63,9 %
ME	89,3 %	82,1 %	42,0 %	37,5 %	33,0 %
EPP	9,7 %	9,6 %	4,3 %	4,0 %	3,0 %
MdE	1,0 %	0,9 %	0,3 %	0,3 %	0,2 %
GdE	0,1 %	0,1 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %
Total	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %

Nota. Adaptado de Sobrevivência das empresas, SEBRAE, 2016. MEI é Microempreendedor Individual; ME é

Microempresas; EPP é Empresa de Pequeno Porte; MdE é Média Empresa; e GdE é Grande Empresa.

Observa-se uma tendência de aumento na taxa de abertura de Microempresas pelo MEI, bem como um decréscimo de Empresas de pequeno, médio e grande porte. Já sobre a abertura de empresas no Brasil, buscou-se os dados da Serasa Experian, que trazem uma relação do número global de empresas criadas e o percentual de cada tipo de empresa na abertura das mesmas.

O presente trabalho faz proveito destes dados no sentido de que há uma série histórica observada desde 2010-2017, possibilitando avaliar o impacto das empresas abertas do tipo MEI antes e depois da formalização virtual.

Tabela 2

Abertura de empresas: Número absoluto e percentual de MEI por setor entre 2010-2014

	2010	2011	2012	2013	2014
Total nº	1.528.248	1.698.891	1.690.760	1.840.187	1.865.183
MEI	48,9 %	53,7 %	60,0 %	68,2 %	72,0 %
Comércio	35,6 %	34,3 %	33,2 %	32,9 %	31,3 %
Indústria	8,5 %	8,1 %	8,0 %	8,1 %	8,3 %
Serviços	53,1 %	55,3 %	56,7 %	57,2 %	60,4 %
Outros	2,8 %	2,3 %	2,1 %	1,8 %	0 %

Nota. Fonte: Adaptado de Nascimento de empresas, Serasa Experian, 2018.

Tabela 3

Abertura de empresas: Número absoluto e percentual de MEI por setor entre 2015-2017

	2015	2016	2017
Total nº	1.963.952	1.967.534	2.202.622
MEI	75,9 %	78,3 %	78,7 %
Comércio	30,5 %	28,8 %	27,9 %
Indústria	8,2 %	8,2 %	7,9 %
Serviços	61,0 %	62,7 %	63,9 %
Outros	0,3 %	0,3 %	0,3 %

Nota. Fonte: Adaptado de Nascimento de empresas, Serasa Experian, 2018.

Desde a formalização através de meio eletrônico, houve um aumento exponencial na participação dos MEI no número global das empresas constituídas. A participação saltou de 48,9% para 78,7%. Este aumento é muito expressivo, mas explicado pela facilidade pela qual o empreendedor encontra para formalizar este tipo de negócio.

Houve também um aumento no número de empresas constituídas no período do levantamento dos dados. Aproximadamente 700 mil empresas a mais estão sendo abertas anualmente, e este número apresenta uma tendência de aumento quando observada a trajetória do aumento no número de empresas constituídas.

Outro dado apresentado é a participação do setor de serviços na constituição destas

novas empresas. Como visto na tabela 3, é possível inferir que o impacto da criação de novas empresas através de MEI tem gerado um crescimento no número de empreendimentos do ramo de serviços, que tem por finalidade não a inovação de uma mercadoria em si, mas de algum processo.

Uma hipótese para tal é que, como o MEI é de natureza mais individual, o empreendedor tem maior facilidade de ofertar um serviço neste modelo, ao contrário do desenvolvimento de uma mercadoria ou mesmo da revenda de um bem, pois geralmente estes dois últimos acabam demandando um maior capital humano. (SEBRAE, 2016). Na tabela 4, são apresentados ainda dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2018) referentes a desocupação e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente à variação do Produto Interno Bruto (PIB) nos períodos de 2012-2018.

Tabela 4
Desemprego e variação PIB 2012-2018

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Desemprego	6,7 %	6,0 %	5,5 %	5,4 %	4,8 %	6,9 %	10,8 %	12,8 %
PIB	+ 7,5 %	+ 4,0 %	+ 1,9 %	+ 3,0 %	+ 0,5 %	- 3,5 %	-3,5 %	+ 1,0 %

Nota. Fonte: Adaptado de dados IBGE/Pnad.

Pelos dados apresentados, o PIB teve um desempenho positivo substancial nos anos de 2010-2013, mostrando uma pequena variação positiva no ano de 2017. Seria o caso de afirmar o mesmo em relação ao desemprego, porém, a redução que se observava de 2010-2014 se inverteu nos anos posteriores, apesar da pequena melhora observada em 2017. O mesmo se observa entre os anos de 2014-2016, que apresentaram uma variação positiva em comparação ao ano de 2017.

Fazendo uma relação com os saltos em relação ao número de empresas constituídas, é possível verificar que nos anos 2010-2013 houve um grande crescimento no número de constituições, haja vista o salto de mais de 300 mil empresas anuais sendo constituídas. Este número sofre uma aparente estagnação entre os períodos de 2014-2016, voltando a mostrar um novo salto em 2017. Tais saltos podem ser analisados conforme afirmando por Schumpeter (1985), pois a correlação entre o crescimento no número de empresas constituídas e do crescimento do PIB parece ocorrer.

Isto é relevante quando visto que é no setor de serviço que há o maior aumento quantitativo da constituição das empresas, o que pode significar que o ramo de serviços tem mostrado resiliência ao cenário adverso e percebe-se neste ramo que houve uma maior

aplicação dos empreendedores como forma de escapar do cenário econômico adverso.

Entretanto, a queda do índice de desemprego não foi como o esperado, principalmente entre 2016-2017, quando houve um salto na abertura de empresas, mas que foi acompanhado com um salto no índice de desemprego. Esperava-se uma queda na taxa de desemprego com a abertura de novas empresas.

Uma hipótese para explicar tal fenômeno é que, tendo em vista a mudança histórica ocorrida na abertura de empresas, que anteriormente possuíam uma maior participação de MPEs, as quais abarcavam maior criação de empregos, passando a uma maior hegemonia na existência de MEIs, os quais por definição são constituídos de uma pessoa, o proprietário, e no máximo um trabalhador assalariado, não influiu com tamanha força na redução do índice de desemprego, apesar de impactar, sim, na melhora do índice econômico.

Schumpeter (1985) e Gerber (2004) apresentam argumentos que demonstram que o empreendedor muitas vezes prefere trabalhar sozinho, com dificuldades em gerir conflitos interpessoais quando colocado em equipes com um maior número de pessoas. Tal suposição parece fortalecer o argumento da hipótese apresentada acima, indo de encontro tanto ao conhecimento teórico quanto ao fato observado pelos dados.

Apesar de não dispor de dados recentes sobre o relatório produzido pelo Sebrae quanto a sobrevivência de empresas no Brasil, considerando a pesquisa apresentada em 2016, tem-se como expectativa que os negócios abertos estão tendo uma longevidade mais próxima daquelas empresas de médio e grande porte.

Se tal cenário de fato está ocorrendo, é de se esperar que no futuro próximo o índice econômico continue apresentando uma crescente, ao que indica ao menos as parciais disponibilizadas pelo IBGE (2018), as quais demonstram uma variação no índice, em 2018, de + 1,4%.

Sendo assim, apesar do desenvolvimento econômico observado, não se tem como expectativa que haja uma diminuição no índice de desemprego, haja vista os argumentos apresentados e debatidos acima.

A hipótese apresentada ganha solidez, podendo ser utilizada para explicar a razão pela qual a melhora no índice de desenvolvimento econômico não traduz na redução do índice de desocupação, ou como é conhecido, o índice de desemprego medido à nível nacional.

5 CONCLUSÃO

O advento da existência dos Microempreendedores causou uma mudança significativa na forma como novas empresas são constituídas no Brasil. Há uma tendência que vêm se

fortalecendo a cada novo ano, no sentido que o surgimento de novos MEIs vem aumentando, enquanto a participação de outras formas de constituição empresarial vem apresentando um caminho inverso. Em 2017, chegou-se ao percentual que quase 79% das empresas abertas foram através dos MEIs.

Houve um aumento significativo no número de empresas que são abertas a cada ano, com uma variação de aproximadamente, +30,62%, e os aumentos mais significativos na abertura de empresas ocorreram justamente em períodos que o PIB sofreu variação positiva, mostrando um indício de correlação entre estes fatores.

Conforme estudos do Sebrae (2016), há uma expectativa de sobrevivência maior em organizações que surgem no tipo MEI, e caso isto se confirme, é possível inferir que haverá uma participação expressiva destas empresas no horizonte próximo no que se refere tanto à resultados econômicos quanto à redução de desemprego, caso estas empresas ganhem musculatura e gerem maiores rendas.

É possível responder às perguntas iniciais desta pesquisa a partir tanto do referencial teórico como dos dados analisados. A possibilidade de abertura dos MEIs através do meio eletrônico foi seguida de expressivos aumentos de abertura deste tipo de empresa, sendo observado que o Portal do Empreendedor teve influência neste processo de criação de novas empresas.

A correlação com a participação dos MEIs no cenário de criação de novas empresas e no cenário econômico mostrou que em épocas onde houve maiores aumentos na criação de novas empresas correspondeu um aumento do PIB brasileiro, ainda que não houve um efeito imediato na diminuição do índice de desemprego.

Portanto, apesar do desenvolvimento do PIB, não há uma relação concreta com a diminuição do emprego, o que levanta a hipótese para estudos futuros analisarem o comportamento da taxa de desemprego e o crescimento da MEI em outros cenários econômicos.

Tal hipótese deverá restar provada em outros estudos, por duas razões: 1) foge ao escopo deste presente trabalho; e 2) demanda observar o efeito ao longo do tempo dos dados obtidos neste trabalho. Outro caminho de investigação que este trabalho aponta, não estudado por questões tanto de pertinência como de falta de recursos, é levantar as razões para a maior resiliência de abertura de empresas de serviço, uma vez que normalmente tais empresas são de serviço mais especializado.

Além disso poderá ser abordado em futuros trabalhos, as taxas e as razões de mortalidade específicas dos MEIs abertos após a possibilidade criada pelo Portal do Empreendedor, para investigar se tal facilidade propiciou abertura de empresas que tem vida

curta.

Por fim, através das análises e resultados obtidos, percebeu-se no decorrer deste trabalho que tanto a menor burocracia estatal requerida quanto a capacidade inovadora que fica latente no processo de surgimento com maior vigor dos MEIs comparados a outros tipos de empresa é um fator positivo que deverá resultar em impacto econômico nos próximos anos, revertendo o cenário desfavorável tanto nos índices do PIB, quanto na taxa de desemprego.

É necessário que haja uma análise cuidadosa para que estas empresas abertas possam manter suas atividades, maximizando os efeitos positivos na sociedade e mitigando os efeitos negativos da crise.

REFERÊNCIAS

- Carvalho, L. C. D., Di Serio, L. C., & Vasconcellos, M. A. D. (2012). Competitividade das nações: análise da métrica utilizada pelo World Economic Forum. *Revista de Administração de Empresas*, 52(4), 421-434.
- Costa, A. M. D., Barros, D. F., & Carvalho, J. L. F. (2011). A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 179-197.
- Degen, R. J. (2008). Empreendedorismo: uma filosofia para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. *Revista de Ciências da Administração*, 10(21), 11-30.
- Drucker, P. (1986). *Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios*. São Paulo: Pioneira.
- Fillion, L. J. (1999). Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, 34(2), 05-28.
- Gerber, M. (2004). *Empreender fazendo a diferença*. São Paulo: Editora Fundamento.
- Global Entrepreneurship Monitor. Empreendedorismo no Brasil 2017. (2017). Relatório Executivo. Recuperado de https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf.
- Gomes, J. F. (1978). Administração de recursos humanos e desenvolvimento organizacional. *Revista de Administração de Empresas*, 18(4), 25-35.
- Hayek, F. A. V. (2002). Competition as a discovery procedure. *Quarterly Journal of Austrian Economics*, 5(3), 9-23. Recuperado de <https://mises.org/library/competition-discovery-procedure-0>.
- Hillier, D., Ross, S., Westerfield, R., Jaffe, J., & Jordan, B. (2013). *Corporate finance* (No. 2nd ed). McGraw Hill.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios continuada*. Brasília: IBGE. Recuperado de *RPA - Revista Pesquisa em Administração UFPE (Caruaru, PE)*, 3(1) jan-jun/2019, 2-21.

<<https://br.advfn.com/indicadores/pnad>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Produto Nacional Bruto*. Brasília: IBGE. Recuperado de <<https://br.advfn.com/indicadores/pnad>>.

Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm.

Lei complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm>.

Mendonça, S. A. T., Ruzzão, A. P. A., Santos, J. E., & Azadinho, L. (2017). O planejamento estratégico como ferramenta: Um estudo sobre a eficiência das micro e pequenas empresas brasileiras. *Administração de Empresas em Revista, Unicuritiba*, 16(17), 50-68. Recuperado de <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/issue/view/111>>.

Minello, I. F. (2010). *Resiliência e insucesso empresarial: um estudo exploratório sobre o comportamento resiliente e os estilos de enfrentamento do empreendedor em situações de insucesso empresarial, especificamente em casos de descontinuidade do negócio* (Tese de Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Pochmann, M. (2015). Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. *Estudos Avançados*, 29(85), 7-19.

Portal do Empreendedor. Recuperado de <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>>.

Ribeiro, T. M., & Teixeira, R. M. (2012). A Criação de negócios por empreendedores jovens: estudo de casos múltiplos no Estado de Sergipe. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, 1(1), 72-100. Recuperado de <<http://www.regepe.org.br/index.php/regepe/article/view/15/13>>.

Rubel, J. (2002). *Fatores influentes na concepção de políticas de desenvolvimento econômico local, pela promoção da competitividade sistêmica* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Santa Catarina, SC, Brasil.

Santos, G. P. G. (2015). Qualificação profissional para o empreendedorismo: uma alternativa ao desemprego? *Revista de Políticas Públicas*, 10(1), 113-138.

Schumpeter, J. (1985). *A teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Nova Cultural.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2014). *Causa Mortis: O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida*. Recuperado de https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/causa_mortis_2014.pdf.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2016). *Sobrevivência das empresas no Brasil*. Brasília: Sebrae. Recuperado de <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-RPA-Revista-Pesquisa-em-Administracao-UFPE-Caruaru-PE>>, 3(1) jan-jun/2019, 2-21.

empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>.

Serasa Experian. (2018). *Nascimento de empresas*. São Carlos: Serasa Experian. Recuperado de <<https://www.serasaexperian.com.br/amplie-seus-conhecimentos/indicadores-economicos>>.

Selltiz, C., Wrightsman, L. S., & Cook, C. (1975). *Métodos de pesquisa das relações sociais*. São Paulo: EPU, 1975.

Sicsú, J. O., & Pinheiro, A. C. (Orgs.) (2009). *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5589.

Torquato, B. (2018). *O impacto do empreendedorismo no crescimento econômico em um grupo de países: uma análise em dados em painel para o período de 2008 a 2016* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.